

GRANDES INCÊNDIOS FLORESTAIS NA DÉCADA DE 60 DO SÉCULO XX, EM PORTUGAL CONTINENTAL

Flora C. Ferreira Leite

Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), Universidade do Minho
floraferreiraleite@gmail.com

António José Bento Gonçalves

CEGOT, Departamento de Geografia da Universidade do Minho
bento@geografia.uminho.pt

Luciano Lourenço

CEGOT, Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Luciano@uc.pt

189

Introdução

Embora o fogo tenha moldado os ecossistemas mediterrâneos, os regimes de ocorrência de fogo, isto é, a sua frequência e intensidade, modificaram-se. O ciclo natural de fogo foi reduzido (J. PEREIRA *et al.*, 2006), os fogos tornaram-se mais recorrentes (F. FERREIRA-LEITE *et al.*, 2011), aumentaram em intensidade e extensão, tomaram dimensões catastróficas e perderam o seu papel de renovação dos ecossistemas (R. NOSS *et al.*, 2006).

As mudanças socioeconómicas verificadas no início da segunda metade do século XX, nos países europeus do sul da Europa, parece terem contribuído para um cenário onde os incêndios se tornaram mais prováveis de ocorrer e mais difíceis de extinguir, devido à elevada quantidade de biomassa acumulada ao longo dos anos (L. LOURENÇO, 1991; R. VÉLEZ, 1993; J. MORENO *et al.*, 1998; F. REGO, 2001) e que, conjugada com condições climáticas muito propícias (S. PYNE, 2006), está pronta para alimentar incêndios catastróficos, resultando no incremento da dimensão das áreas ardidas (F. FERREIRA-LEITE *et al.*, 2013).

Embora sejam estatisticamente irrelevantes, quando comparados com o total das ocorrências registadas em Portugal, os grandes incêndios florestais (entendidos atualmente, para efeitos estatísticos, como aqueles que possuem uma área ardida igual ou superior a 100ha), são os responsáveis pela maioria da área ardida anualmente.

Apesar de, nos últimos anos, não haver um aumento estatisticamente significativo do número de grandes incêndios florestais, em contrapartida verifica-se uma ligeira tendência para o aumento do número dos incêndios de maior extensão, tanto mais vincada, quanto maior a sua grandeza.

Apesar de apenas na década de 80, do século anterior, se ter ultrapassado o limiar dos 10.000ha de área ardida por um só incêndio, já anteriormente, pelo menos desde o século XIX, que existem relatos escritos de incêndios com áreas ardidas da ordem dos 5.000ha (F. SILVA E C. BATALHA, 1859; E. NAVARRO, 1884; A. PINTO, 1939).

Por outro lado, muito embora a década de 70 marque o início de uma fase de incremento tanto do número de incêndios como da dimensão das áreas ardidas, fruto das consequências das profundas transformações então em curso na sociedade portuguesa, a verdade porém é que os eventos com consequências dramáticas são anteriores a este período, como foi o caso dos grandes incêndios florestais dos anos 60.

No presente trabalho pretendemos destacar a década de 60, do séc. XX, onde, um pouco por todo o país, se verificaram alguns incêndios de grande dimensão, como sejam os casos de Vale do Rio/Figueiró dos Vinhos (1961) (L. LOURENÇO, 2009), Viana do Castelo (1962), Boticas (1964) e Sintra (1966) (PNDFCI, 2005).

A realidade dendrocaustológica da segunda metade do século XX em Portugal Continental

Foi a partir do último quartel do século passado que os incêndios florestais em Portugal Continental registaram um aumento significativo. Este aumento extraordinário, tanto do número de incêndios florestais como das áreas ardidas, especialmente depois de 1973 (fig. 1), ficou a dever-se a causas de índole diversa, muitas das quais terão resultado da política de reflorestação iniciada em 1901 e que, entre 1938 e 1974, foi responsável pela arborização de 287.000ha de dunas móveis e de baldios montanhosos (A. BENTO GONÇALVES, 2011), e, sobretudo, às profundas alterações introduzidas na estrutura socioeconómica da população portuguesa, em especial da residente nas áreas florestais, não só em resultado das transformações subsequentes à revolução de Abril, mas também em sintonia com o que acontecia nos países do sul da Europa.

Os dados relativos ao período 1943-1967 foram retirados de R. NATÁRIO (1997) e os alusivos ao período 1968-1979 de L. LOURENÇO (2012), baseados nas estatísticas oficiais existentes, que contemplavam apenas áreas públicas. De facto, o levantamento dos incêndios ocorridos durante os anos de 1943 a 1979, inclusive, realizava-se somente

* O texto desta nota corresponde à comunicação apresentada ao VII Encontro Nacional de Riscos e I Fórum ISCIA, tendo sido submetida em 04-11-2013 e aceite para publicação em 16-04-2014.

Esta nota é parte integrante da Revista *Territorium*, n.º 21, 2014, © RISCOS, ISBN: 0872- 8941.

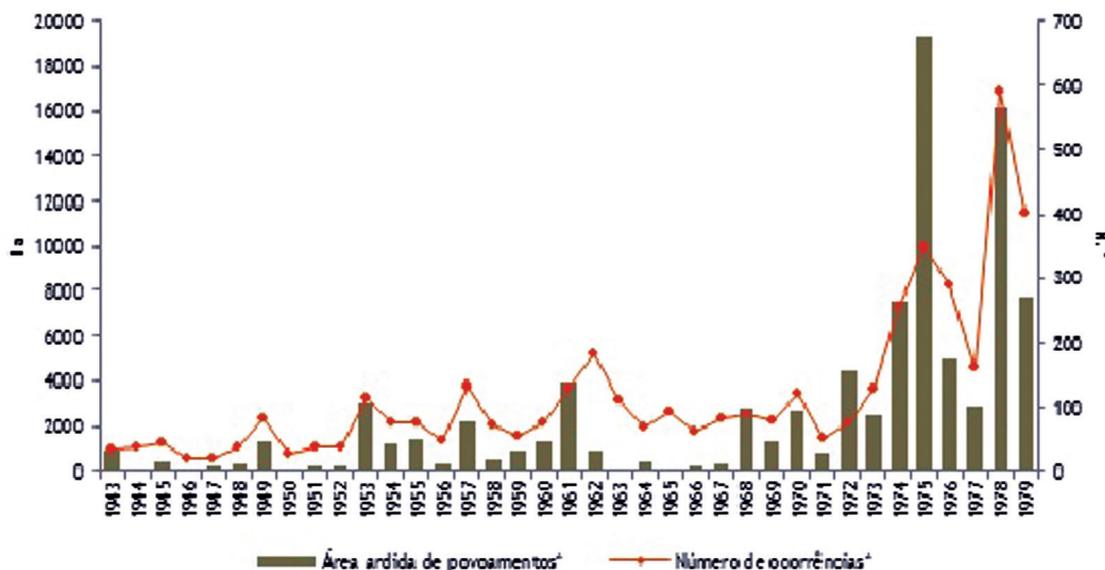


Fig. 1 - Evolução anual do número de ocorrências de incêndios florestais e da área ardida, entre 1943 e 1979, em áreas públicas de Portugal Continental. Fonte: NATÁRIO, 1997 e LOURENÇO *et al.*, 2012.

quando estes atingiam áreas geridas pelo Estado, excepto na ex-Circunscrição Florestal de Coimbra, que a partir de 1975 passou a levantar cartograficamente e a quantificar minuciosamente os danos provocados no material lenhoso produzido pelos grandes incêndios florestais (em propriedades públicas e privadas) que, ao tempo, se consideravam iguais ou superiores a 10 ha. Tal implicava um trabalho persistente, levado a efeito por uma equipa dedicada quase em exclusividade a esta tarefa durante praticamente todo o ano.

Para o resto do país, a informação sobre o número de incêndios e a área ardida em áreas privadas era calculada por extrapolação, com todos os erros inerentes a este método (BENTO-GONÇALVES, 2011). Foi apenas a partir de 1980, que a informação estatística passou a ser tratada de forma mais científica, com o deslocamento de um técnico florestal, que de Lisboa veio para a Lousã, para perceber como funcionava a recolha de dados na ex-Circunscrição Florestal de Coimbra, a qual estava centralizada no 05, o Centro de Prevenção e Detecção de Incêndios Florestais da Lousã. A partir de então começou a organizar-se o processo de recolha e tratamento estatístico da informação relativa aos incêndios florestais, que levou algum tempo até ser aceite e implementado com rigor em todas as Circunscrições Florestais de então, pelo que foi sendo aperfeiçoado nos anos seguintes, de modo a contemplar em igualdade de circunstâncias todo o território nacional, considerando-se que a partir de 1985 a base de dados passou a estar relativamente estabilizada, com os dados a aproximarem-se da realidade e a ficarem disponíveis a nível de concelho, o que passou a permitir uma representação cartográfica suficientemente pormenorizada do fenómeno, possibilitando assim a

utilização da cartografia, para melhorar a análise e compreensão dos incêndios florestais em Portugal, até então só possível para a Circunscrição Florestal de Coimbra (LOURENÇO, 1988).

Apesar de, neste trabalho, a partir do ano de 1968, inclusive, utilizarmos os dados oficiais (DGRF/AFN/ICNF) que englobam as ocorrências de incêndios e a área ardida (de povoamentos e mato), importa referir que, em alguns anos, as estatísticas de ocorrências englobavam os reacendimentos e a duplicação de registos resultantes de passagem de um incêndio para outra unidade administrativa (um incêndio que se propagasse por dois concelhos era contabilizado como duas ocorrências). No entanto, estas duas componentes (reacendimentos e 'duplicação administrativa') representavam menos de 5% do número total de ocorrências (BENTO-GONÇALVES, 2011) e foram retificadas. Como se demonstrou, os critérios de contabilização de ocorrências sofreram alguns ajustamentos ao longo do período em análise, pelo que, apesar de se tratar de dados oficiais, a análise temporal desta variável pode apresentar algumas limitações (APIF/ISA, 2005A).

A fuga às precárias condições económicas, quer com destino aos distritos mais urbanos e industrializados, quer com destino ao estrangeiro, levou a que, nas áreas de partida, se tivesse verificado uma diminuição dos efetivos demográficos que, por sua vez, levou ao abandono dos campos, os quais passaram a ter condições particularmente favoráveis à propagação do fogo (F. CRAVIDÃO, 1989). A redução dos efetivos populacionais nos espaços florestais, ou com aptidão florestal, determinou grandes mudanças na população e na economia tradicional que assentava principalmente

na agricultura, na pastorícia e na floresta (F. CRAVIDÃO, 1990; F. BERNALDEZ, 1991; H. BOTELHO, 1993; A. ALVES *et al.*, 2003; L. LOURENÇO, 2004, 2006; A. BENTO-GONÇALVES *et al.*, 2010). De acordo com J. PINHO *et al.* (2006), “*a raiz dos problemas dos fogos florestais reside essencialmente no colapso das sociedades rurais tradicionais e na consequente perda de utilidade direta e abandono dos espaços silvestres*”.

Ora, estas situações, não sendo diretamente geradoras de incêndios florestais, são por isso consideradas causas indiretas (L. LOURENÇO, 2004), e tidas como as principais responsáveis pela existência de grandes incêndios florestais. Com efeito, ao criarem condições que, a posteriori, têm interferência no comportamento dos incêndios, facilitando a progressão das frentes de chamas e, por isso, o rápido desenvolvimento dos incêndios, contribuem, indiretamente, para uma maior dimensão das áreas queimadas.

Os grandes incêndios florestais da década de 60 do século XX

Na década de 60, do séc. XX, verificaram-se, um pouco por todo o país, alguns incêndios de grande dimensão, como sejam os casos de Vale do Rio/Figueiró dos Vinhos, em 1961 (L. LOURENÇO, 2009), Viana do Castelo, em 1962, Boticas, em 1964, e Sintra, em 1966 (PNDFCI, 2005).

Muito embora o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios faça referência a estes eventos, no caso do grande incêndio de Viana, por exemplo, e apesar dos muitos contatos e da exaustiva pesquisa bibliográfica e documental, apenas foi possível encontrar uma referência escrita de QUINTANILHA e MOREIRA DA SILVA (1965) acerca deste incêndio: “*A partir de 1960, nos Perímetros Florestais, o valor dos prejuízos processou-se num ritmo alarmante (2500, 4000 e 9500 contos naquele ano e nos dois seguintes) e só em 1962, num incêndio, se perderam, apesar de todos os esforços, quase 5000ha de pinhal e sentiu-se a inoperância do ataque logo que o sinistro atingisse determinadas proporções*”.

Situação semelhante aconteceu quando da pesquisa de informações sobre o grande incêndio florestal de Boticas, em 1964, a qual se revelou totalmente infrutífera, o que denota bem a pouca importância que é dada ao valioso acervo documental que conserva a história florestal do nosso país.

Já no que concerne os incêndios de Vale do Rio e da serra de Sintra, os quais serão descritos de seguida, a situação é totalmente oposta, com alguma informação disponível, quer técnico-científica, quer na forma jornalística e ainda sob a forma de relatos de pessoas que vivenciaram os acontecimentos.

Vale do Rio (1961)

No final do mês de Agosto de 1961, as altas temperaturas que se faziam sentir na região conjugadas com as transformações económicas e sociais que, então, começavam a ter consequências no espaço agroflorestal, contribuíram para o desenvolvimento de um grande incêndio florestal que ficou na memória por ter consumido as povoações de Vale do Rio e do Casalinho, no concelho de Figueiró dos Vinhos.

“*Naquela segunda-feira, dia 28 de Agosto de 1961, perto das 11 horas da manhã, José Simões andava a “renovar” pinheiros no Casal de Alge, quando um homem (João Almeida) apareceu junto de si “espavorido”, de sacho às costas, a avisá-lo de que o inferno subia a serra rumo ao Vale do Rio. Alarmado, José Simões pensou na mulher, nos filhos e na casa e correu carreiros e atalhos para salvar o que humildemente lhe pertencia*” (Tozé SILVA, 2011).

Com efeito, às 16 horas do dia 28 de Agosto de 1961, um incêndio de enormes proporções atingia e transpunha o Rio Zêzere, impulsionado pela força dos ventos, propagando-se em várias direções. O incêndio chegou a desenvolver uma frente de cerca de 15 quilómetros, desde Atalhas, no concelho de Pedrógão Grande, até à freguesia de Arega, do concelho de Figueiró dos Vinhos. Conjugado com outro incêndio, que rebentara nas imediações da serra de S. Neutel e ameaçou a vila de Figueiró dos Vinhos, foram 14 as povoações do concelho figueirense ameaçadas pelas chamas (Relatório inédito, enviado ao Inspetor de Incêndios da Zona Sul, datado de 23 de Abril de 1963).

De acordo com o mesmo relatório, o combate ao incêndio foi inicialmente feito pelos Bombeiros Voluntários daquela Vila e por muitas centenas de populares; depois, a solicitação do Município e através da preciosa intervenção do Senhor Governador Civil e da própria Emissora Nacional, acorreram a Figueiró dos Vinhos 14 Corporações desta região. No entanto, e apesar de todos os esforços para dominar o incêndio “*quando os Bombeiros chegaram [a Vale do Rio] já era tarde porque não havia estrada e só veículos de tração às quatro rodas, que a Corporação não tinha, conseguiriam lá chegar*”.

José LIMA, ex-comandante dos Bombeiros e à época Bombeiro de 1ª Classe, recorda o trajeto feito com o Buick da corporação, pela serra do Douro “*com o depósito cheio de gasolina rente ao chão queimado, que nos fez perder muito tempo. Quando chegámos ao Vale do Rio já a povoação tinha ardido!*”. Outro antigo Bombeiro, Leonel de Jesus SIMÕES, recorda deste incêndio “*as chamas com uma altura doida e a carne a arder dentro das salgadeiras e dos potes de azeite, que exalavam um cheiro a carne assada, misturado com o fumo do incêndio*”.

De acordo com os relatos de quem viveu esta tragédia, estávamos perante um “*espetáculo arrepiante e dantesco: aos uivos das labaredas; aos ruídos matraqueados dos desmoronamentos de telhados e paredes (fot. 1); ao crepitar das madeiras incandescentes; ao rechinar das carnes e gritos aflitivos dos animais domésticos, juntavam-se os clamores zenitantes da dor dos habitantes que, imponentes para dominar o monstro, foram testemunhas passivas e dolorosas da destruição dos seus lares e haveres*” (Relato dos repórteres [não identificados] do Jornal local «A Regeneração», n.ºs 1025, 1026 e 1030, de 1961).

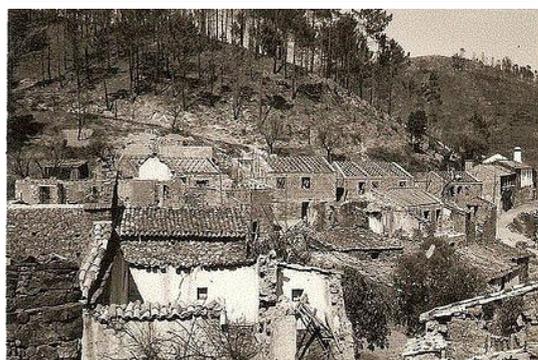
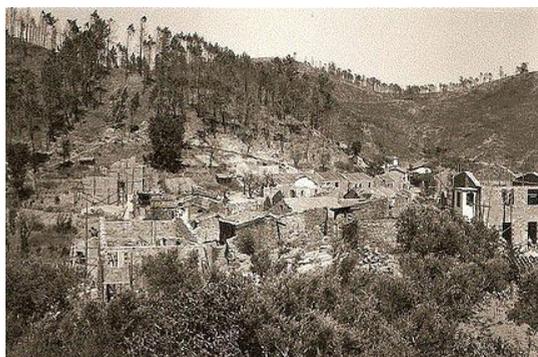


Fot. 1 - A aldeia de Vale do Rio ainda fumegante no dia 30 de Agosto de 1961.

Fonte: Autor desconhecido, Galeria da Biblioteca Municipal Figueiró dos Vinhos (<http://www.flickr.com/photos/bmfigueirodosvinhos>).

Os esforços denodados dos Bombeiros aliados aos populares foram imensos, até que uma brusca e “*milagrosa*” viragem de vento salvou a vila. Nessa altura começaram a chegar outras corporações e as unidades militares de Leiria e de Monte Real, que entraram em ação. Organizou-se o ataque ao sinistro, que se manteve ativo até à madrugada do dia 29 “*com carácter permanente*”, mantendo-se em atividade por mais dois dias, obrigando a uma vigília constante e permanente, “*acorrendo as brigadas a vários sectores onde o incêndio a todo o momento se reatava*”, até que, na manhã do dia 30, foi considerado completamente debelado.

“*Vimos ferros de camas torcidos e calcinados, sinais de derramamento de gorduras, milho queimado, ovelhas, cabras, suínos, batatas e utensílios domésticos, pedaços de relógios, potes de azeite partidos e entornados, eiras repletas carbonizadas, tudo deformado, apavorante. Os soldados abriam longas valas, trazendo em padiolas dezenas e dezenas de animais domésticos carbonizados e mutilados a fim de serem enterrados. Era um espetáculo sinistro, terrivelmente macabro. Os poucos regressados do lugar [Vale do Rio] não pareciam pessoas, eram mais farrapos humanos, abatidos por profunda depressão moral e física*” (Relato dos repórteres [não identificados] do Jornal local «A Regeneração» - n.ºs 1025, 1026 e 1030, de 1961). O saldo negativo cifrou-se em meio milhão de árvores, “*arderam dois mil e quinhentos hectares de pinhais*”, duas aldeias calcinadas, Vale do Rio (fot. 2 e 3) e Casalinho, onde “*185 pessoas ficaram sem abrigo*” e se registaram dois mortos, “*por asfixia e carbonização*”.



Fot. 2 e 3 - Vista da aldeia de Vale do Rio após o incêndio, já na fase de reconstrução. Fonte: Artur MATEUS (1962), Galeria da Biblioteca Municipal de Figueiró dos Vinhos (<http://www.flickr.com/photos/bmfigueirodosvinhos>).

Três anos depois deste incêndio, em 24 de Outubro de 1964, o Presidente da República e o Ministro das Obras Públicas inauguram as obras de reconstrução da aldeia, que, entretanto, parece ter ficado completamente parada no tempo e votada ao abandono (L. LOURENÇO, 2009).

Serra de Sintra (1966)

Por volta das 12 horas do dia 6 de Setembro de 1966, eclodiu um incêndio florestal na serra de Sintra, que viria a ser o maior até então registado nessa serra, pois prolongou-se até ao dia 12. O incêndio, que alarmou toda a população de Sintra, foi avistado por um guarda-florestal, tendo sido este a primeira pessoa a comunicar à administração florestal que havia fogo. As chamas irromperam na Quinta da Penha Longa, alastrando favorecidas pelas elevadas temperaturas e constantes mudanças de vento forte. A presença de corpos incandescentes no ar originou novos focos de incêndio noutros pontos do concelho.

Sintra era, assim, uma vila ocupada pelo fogo. Toda a região ficou “*envolta numa enorme nuvem de fumo - negro e espesso - visível a vários quilómetros de distância* (fot. 4). À noite as chamas iluminavam a Serra (fot. 5). *Chegavam constantemente mais corporações. As sirenes eram gritos da noite!*” (Diário de Notícias, de 10 de Setembro de 1966).

Em Portugal, em 1966, ainda não existiam meios aéreos para o combate a incêndios florestais, ao contrário do



Fot. 4 e 5 -Perspetivas, respetivamente diurna e noturna, do incêndio da serra de Sintra, em 1966.

Fonte: Diário de Notícias, de 10 de Setembro de 1966.



Fot. 6 e 7 - Pormenores do combate ao incêndio da serra de Sintra.

Fonte: Diário de Notícias, de 10 de Setembro de 1966.

que sucedia em outros países Por outro lado, os veículos de bombeiros não dispunham de tração às quatro rodas e muito menos de depósitos de grande capacidade e de bombas de grande caudal. Muitas das frentes de incêndio foram debeladas com recurso ao batimento do fogo, quer com ramos de árvores quer com material sapador, saldando-se num trabalho deveras penoso e extenuante. Calcule-se, portanto, as difíceis condições enfrentadas pelo pessoal combatente (fig. 6), na presença de altas temperaturas, agravadas pelas características dos uniformes utilizados na época, com destaque para o capacete de latão e botas de borracha (fig. 7).

Apesar das condições de extrema adversidade e da ausência de meios, incluindo sistema de telecomunicações, bombeiros e militares defenderam, com êxito, o património edificado de Sintra e evitaram que o incêndio atingisse maior área arborizada.

A abundância de mato ressequido constituiu um dos maiores inimigos enfrentados pelos bombeiros e, por sua vez, representou um dos maiores amigos da combustão. Na altura, havia sido determinada a proibição de apanhar mato na serra. Como tal, a falta de limpeza dos terrenos foi um dos fatores considerados na avaliação das causas da rápida propagação do incêndio. A este

respeito, importa referir que o conceito de prevenção, ao nível da antiga Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, não tinha a interpretação que lhe é dada nos dias de hoje.

Os dias 10, 11 e 12 de Setembro corresponderam à fase de rescaldo, havendo, ainda a salientar que, no último dia, os bombeiros tiveram a preciosa ajuda da chuva, o que veio resolver, de uma vez por todas, aquele flagelo. Numa medida de prevenção, alguns meios dos bombeiros permaneceram ainda vigilantes no local, a fim de fazer face a inevitáveis reacendimentos. Somente no dia 25 foram dadas por concluídas todas as operações.

Este foi o mais grave incêndio ocorrido até então na serra de Sintra, totalizando 50 quilómetros quadrados de área ardida. Grande parte da serra perdeu a sua beleza e viu-se convertida num horizonte negro. A vegetação da serra sofreu danos bastante consideráveis. Os parques da Pena e de Monserrate salvaram-se, ao contrário da Tapada do Mouco, onde os prejuízos atingiram quase a totalidade da sua área. Os terrenos particulares foram os mais causticados.

Mas a gravidade do incêndio ficou a dever-se também à perda de 25 vidas humanas. Tudo aconteceu na noite de

7 de Setembro, no Alto do Monge, numa altura em que o fogo atingiu o seu máximo. Um grupo de militares do RAAF que operava no local, sem preparação adequada para o combate a incêndios, deixou-se cercar pelas chamas. O Diário de Notícias, de 10 de Setembro de 1966, refere a existência de 25 cadáveres, enquanto o Diário Popular, de 9 de Setembro, em entrevista ao soldado Alberto António Silva, que viveu a tragédia de Sintra, não confirma o “*número exato de camaradas que faleceram*”. O jornal italiano «Il Piccolo - Trisesta», de 10 de Setembro, que cobriu noticiosamente este incêndio, afirma que “*morreram trinta e sete soldados*” e estranha o silêncio das autoridades (Jornal Ocidente, 6 de Setembro de 2011).

Edmundo Silva, bombeiro dos Voluntários de Sintra que se encontrava a combater as chamas perto do local onde viriam a falecer os soldados, refere que contou 21 cadáveres, “*quando apareceu o capitão, ainda havia mais para contar. Só que não deixou contar mais. Alguns ainda estavam mais afastados, ainda a fumar*”. Um outro testemunho, do então delegado Regional do Conselho Nacional dos Serviços de Incêndios para os Concelhos de Sintra e de Cascais, ex-comandante dos Bombeiros de Sintra, refere que “*havia dois molhos de homens queimados um maior e outro mais pequeno*”, ficando “*admirado quando, posteriormente, vieram notícias nos jornais de 25*”, acreditando que “*no mínimo seriam 30*” mortos.

Muitas foram as tragédias humanas ligadas a incêndios florestais, vividas em Portugal desde 1966 até à atualidade, porém, a vivida na serra de Sintra, permanece como uma das mais dolorosas e dramáticas, das vividas no nosso país.

Conclusão

Os anos 60 marcam o início do flagelo sazonal dos grandes incêndios florestais em Portugal continental, alinhados com o êxodo da população serrana e o progressivo abandono da atividade florestal, intimamente ligada à atividade agrícola, que paulatinamente iria deixar os pinhais entregues a si próprios. As florestas deixaram de ser geridas, porque os matos não eram roçados e a lenha deixou de ser utilizada como fonte de energia. Tanto as transformações sociais e económicas verificadas, como a alteração de hábitos e costumes das populações, delas decorrentes, vieram alterar profundamente o relacionamento entre as comunidades e a floresta, outrora íntimo, equilibrado e interligado, que pouco a pouco foi deixando de existir, abrindo campo aos grandes incêndios florestais.

Embora estes sempre tenham existido no nosso território, os anos 60 do século passado, marcam a viragem de uma sã convivência entre as populações rurais e o fogo, para uma realidade dramática em que os incêndios, sendo

uma das consequências do desordenamento do território, se tornaram a mais séria ameaça à floresta.

Referências bibliográficas

- ALVES, António; CARVALHO, Nuno; SILVEIRA, Sofia; MARQUES, João; COSTA, Zita, e HORTA, António (2003) - *O abandono da atividade agrícola*. MADRP, Lisboa.
- BENTO-GONÇALVES, António; VIEIRA, António; MARTINS, Carla; FERREIRA-LEITE, Flora e COSTA, FRANCISCO (2010) - “A desestruturação do mundo rural e o uso do fogo - O caso da serra da Cabreira (Vieira do Minho)”. *Caminhos nas Ciências Sociais*. Memória, mudança social e razão - Estudos de homenagem a Manuel da Silva Costa, Grácio Editor, Universidade do Minho, p. 87-104.
- BENTO-GONÇALVES, António (2011) - *Geografia dos incêndios em espaços silvestres de montanha - O caso da serra da Cabreira*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 545 p.
- BERNALDEZ, Fernando (1991) - “Ecological consequences of the abandonment of traditional land use systems in central Spain”, *Options Méditerranéennes*, 15, p. 23-29.
- BIBLIOTECA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS - “Figueiró em Imagens”. <http://www.flickr.com/photos/bmfigueirodosvinho> ;
- BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS LISBONSES (2011) - *O grande incêndio na Serra de Sintra em 1966* <http://bvlisbonenses-pmacieira.blogspot.pt/2011/09/o-grande-incendio-na-serra-de-sintra-em.html>;
- BOTELHO, Hermínio (1993) - Importância dos combustíveis para a previsão do comportamento do fogo em incêndios florestais. *Simpósio sobre catástrofes naturais: Estudo, Prevenção e Proteção*, LNEC, Lisboa.
- CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS (1964) - *Na Inauguração das obras da reconstrução das aldeias de Vale do Rio e Casalinho*. 18 p.;
- CRAVIDÃO, Fernanda (1989) - *A população da área do incêndio de Arganil (1987) - Análise geográfica*. Grupo de Mecânica de Fluidos, Coimbra, 38 p.
- CRAVIDÃO, Fernanda (1990) - “Population and forest fires - some relationships”, *Proceedings International Conference on Forest Fires Research*, Coimbra, p. A11-1.
- FERREIRA-LEITE, Flora; BENTO-GONÇALVES, António; VIEIRA, António (2011) - “The recurrence interval

- of forest fires in Cabeço da Vaca (Cabreira Mountain—northwest of Portugal)”, *Environmental Research*, 111, p. 215-221.
- FERREIRA-LEITE, Flora; BENTO-GONÇALVES, António; LOURENÇO, Luciano; ÚBEDA, Xavier, e VIEIRA, António (2013) - “Grandes incêndios florestais em Portugal Continental como resultado das perturbações nos regimes de fogo no mundo mediterrâneo”, *Silva Lusitana*, n.º Especial, p. 127-142.
- LOURENÇO, Luciano (1988) - “Incêndios florestais entre Mondego e Zêzere no período de 1975 a 1985”, *Cadernos de Geografia*, 7, Coimbra, p.181-189.
- LOURENÇO, Luciano (1991) - “Aspectos sócio-económicos dos incêndios florestais em Portugal”, *Biblos*, LXVII, Coimbra, p.373-385.
- LOURENÇO, Luciano (2004) - “Meio geográfico e fogos florestais. Relações de causa-efeito”. Manifestações do Risco Dendrocaustológico, *Colectâneas Cindinicas IV*, Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 167-174. (http://www.uc.pt/fluc/nicif/Publicacoes/Colectaneas_Cindinicas/Download/Colecao_IV/Artigo_X.pdf).
- Lourenço, Luciano (2006) - Paisagens de Socalcos e Riscos Naturais em Vales do Rio Alva. *Coletâneas Cindinicas VI*, Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 187 p. (http://www.uc.pt/fluc/nicif/Publicacoes/Colectaneas_Cindinicas/Download/Colecao_VI/Introducao.pdf).
- LOURENÇO, Luciano (2009) - “Plenas manifestações do risco de incêndio florestal em serras do centro de Portugal. Efeitos erosivos, subsequentes e reabilitações pontuais”, *Territorium*, 16, p.5-12.
- LOURENÇO, Luciano; BENTO-GONÇALVES, António; VIEIRA, António; NUNES, Adélia, e FERREIRA-LEITE, Flora (2012) - “Forest fires in Portugal”, (Ed. A. BENTO-GONÇALVES, A.; VIEIRA, An.) Portugal: Economic, Political and Social Issues, *Nova Science Publishers*, New York, p. 97 -111.
- MORENO, José; VÁZQUEZ, A., e VÉLEZ, Ricardo (1998) - “Recent History of Forest Fires in Spain”, *In Large Fires*, *Backhuys Publishers*, Leiden, the Netherlands, p. 159-185.
- NATÁRIO, Rui (1997) - “Tratamento dos dados de incêndios florestais em Portugal”, *Revista Florestal*, Vol. X, 1, Jan-Abril, SPCF, p. 12-18.
- NAVARRO, Emydgio (1884) - *Quatro dias na Serra da Estrella*. Notas de um passeio. Porto E. da Costa Santos.
- NOSS, Reed; FRANKLIN, Jerry; BAKER, William; SCHOENNAGEL, Tania; MOYLE, Peter (2006) - “Managing fire-prone forests in the western United States”, *Frontiers in Ecology and the Environment*, 4, p. 481-487.
- PEREIRA, José; CARREIRAS, João, SILVA, João e VASCONCELOS, Maria (2006) - “Alguns conceitos básicos sobre os fogos rurais em Portugal”. Ed. J.S. PEREIRA, J.M.C. PEREIRA, F. REGO, J.M.N. SILVA, T.P. SILVA, *In Incêndios Florestais em Portugal: caracterização, impactes e prevenção*, ISA Press, Lisboa, p. 134-161.
- PINHO, João; LOURO, Graça e PAULO, Susana (2006) - “Orientações Estratégicas para a Recuperação das Áreas Ardidas: A experiência da Equipa de Reflorestação”, (Ed. J.S. PEREIRA, J.M.C. PEREIRA, F. REGO, J. SILVA, T. SILVA) *Incêndios Florestais em Portugal: caracterização, impactes e prevenção*, ISA Press, Lisboa, p. 327-354.
- PINTO, Arala (1939) - *O Pinhal do Rei. Subsídios I*. Publicado por A. Arala PINTO, Alcobaca.
- PYNE, Stephen (2006) - “Fogo no jardim: Compreensão do contexto dos incêndios em Portugal”. Ed. J. PEREIRA, J.. PEREIRA, F. REGO, J. SILVA, T. SILVA - *Incêndios florestais em Portugal: caracterização, impactes e prevenção*, ISA Press, Lisboa, p.115-131.
- REGO, Francisco (2001) - *Florestas públicas*. Direção Geral das Florestas e Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais.
- SILVA, Francisco e BATALHA, Caetano (1859) - *Memória sobre o Pinhal Nacional de Leiria. Suas madeiras e produtos resinosos*. Associação Marítima e Colonial. Imprensa Nacional, Lisboa.
- SILVA, Tozé (2011) - *Foi há 50 anos que o inferno passou pelo Vale do Rio - Parte I*. <http://booklandia.pt/tozesilva/?p=997> (consulta em 20/01/2013);
- VÉLEZ, Ricardo (1993) - “High intensity forest fires in the Mediterranean Basin: Natural and socioeconomic causes”, *Disaster Management*, 5, p. 16-21.

Publicações periódicas

- 1961 - *A Regeneração*, n.ºs 1026 e 1030;
- 1964 - *O Norte do Distrito*, n.º 284, de 25 de Outubro;
- 1966 - *A Regeneração*, n.º 1132, Fevereiro;
- 1966- *Diário de Notícias*, 10 de Setembro de 1966
- 1986 - *Jornal de Figueiró dos Vinhos*:
 - “Foi há 25 anos no Vale do Rio”, n.º 54, Agosto;
 - “O grande incêndio de 1961”, n.º56, Agosto;
- 2011- *A Comarca*, n.º 373, de 08 de Julho;
- 2011 - *Jornal Ocidente*, 6 de Setembro.